

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 39/2023-PGJ, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.**

*Altera a Resolução nº 28/2011-PGJ, de 12 de dezembro de 2011, que regulamenta o plano de assistência médico-social instituído pela Lei Complementar nº 153, de 6 de julho de 2011.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO as disposições do § 3º do art. 113 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e do *caput* do art. 192 da Lei Estadual nº 1.102, de 10 de outubro de 1990;

CONSIDERANDO que há previsão expressa de obrigação patronal na Resolução nº 18/2015-PGJ, de 17 de junho de 2015, que regulamenta o plano de assistência médico-social aos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), e que a Resolução nº 28/2011-PGJ, de 12 de dezembro de 2011, que regulamenta o plano de assistência médico-social aos membros do MPMS, não dispõe sobre essa possibilidade;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de manter equidade entre as normas que regem este órgão ministerial;

CONSIDERANDO a necessidade de aplicação aos membros ativos e inativos, bem como aos seus pensionistas, do custeio da obrigação patronal, nos moldes do previsto para os servidores desta instituição,

RESOLVE:

**Art. 1º** O art. 1º da Resolução nº 28/2011-PGJ, de 12 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

*"Art. 1º .....  
Parágrafo único. A contribuição patronal de que trata o art. 192 da Lei Estadual nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, será subtraída do valor previsto no caput deste artigo, especificamente dos membros filiados aos planos de saúde que se enquadrem nos termos da lei." (NR)*

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande-MS, 13 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1282/2023-PGJ, DE 25.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Luciano Furtado Loubet, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1290/2023/PGJ, DE 26.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Jean Carlos Piloneto, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	15 a 24.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1293/2023/PGJ, DE 26.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	GOZO	SIM
2023/2024	10	18 a 27.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1319/2023/PGJ, DE 26.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1351/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Silasneiton Gonçalves, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



## PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

### PORTARIA Nº 5950/2023-PGJ, DE 6.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais,

#### R E S O L V E :

Tornar pública a lista de antiguidade dos Técnicos I e II lotados nas Promotorias de Justiça de Campo Grande que poderão ser convocados como suplentes para o plantão do feriado forense, na ordem do mais moderno ao mais antigo:

I – nos termos do artigo 14, § 4º, da Resolução nº 38/2021-PGJ, de 8.9.2021:

NÚMERO	NOME	CARGO	DATA DA POSSE
1.	Letícia Sousa Gonçalves	Técnica I	25.3.2015
2.	João Guilherme de Oliveira Almeida	Técnico I	12.11.2014
3.	Jaqueline Obregão da Rosa Ramos	Técnica I	31.1.2014
4.	Janaina Bárbara dos Santos Oliveira	Técnica II	4.11.2013
5.	Rebeca Izepi Silva Monteiro	Técnica I	4.11.2013
6.	Guaraci Mendes da Silva	Técnico II	4.11.2013
7.	Natalia Arima Xavier Castro	Técnica I	4.11.2013
8.	Silvia Helena Schiavi de Carvalho	Técnica II	4.11.2013
9.	Katheleen Taira de Medeiros	Técnica II	10.10.2008
10.	Vinicius Ferreira Martins	Técnico II	4.3.2008
11.	Gerson Estevam da Silva Junior	Técnico I	9.1.2008
12.	Cleizy Mara Romeiro	Técnica I	26.11.2007
13.	Anelita Aparecida de Figueiredo	Técnica I	17.8.2001
14.	Gilvana de Abreu Deotti	Técnica I	11.4.2000
15.	Otavio Laurindo da Silva Neto	Técnico I	15.10.1999
16.	Carlos Alberto Arguelho	Técnico I	12.9.1997

II – nos termos do Despacho nº 1612/2023/PGA-ADM, de 1º.11.2023:

NÚMERO	NOME	CARGO	DATA DA POSSE
1.	Waleska Pinto Luiz	Técnica I	20.11.2015
2.	Ariadine Galassi da Silva Ribeiro	Técnica I	18.11.2015
3.	Louise Isabelita Lima de Brites Padovan	Técnica I	17.11.2014
4.	Keyla Pereira Yoshimura	Técnica I	12.11.2014
5.	Fernando da Costa Rocha	Técnico II	4.11.2013
6.	Werner Vinicius da Silva Bezerra	Técnico II	4.11.2013
7.	Renato Teiji Yamamoto	Técnico II	4.11.2013
8.	Guilherme Ken It de Campos Kikuchi	Técnico II	4.11.2013
9.	Rafael Massulo Bento	Técnico II	4.11.2013
10.	Sirlene Gomes Romeiro Vieira	Técnica II	4.11.2013
11.	Jader Silva de Melo Alves	Técnico II	21.7.2009
12.	Patricia Alves Coutinho Lacerda	Técnica I	3.12.2007
13.	Frederico Correa Pereira da Silva	Técnico I	29.6.2004
14.	Elizangela Cristina Paes da Silva	Técnica I	15.10.1999
15.	Kellen Ferreira Nunes	Técnica II	15.10.1999
16.	Patricia Marim	Técnica I	15.10.1999

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5951/2023-PGJ, DE 6.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E :**

Tornar pública a lista de antiguidade dos Assessores Jurídicos em exercício nas Promotorias de Justiça de Campo Grande que poderão ser convocados como suplentes para o plantão do feriado forense, na ordem do mais moderno ao mais antigo:

I – nos termos do artigo 14, § 4º, da Resolução nº 38/2021-PGJ, de 8.9.2021:

NÚMERO	ASSESSORES JURÍDICOS	DATA DA POSSE
17.	Caique de Moura Santos	12.4.2021
18.	Amanda Stephany Julio Barbosa	17.8.2020
19.	Andrezza Barbosa dos Anjos	2.9.2019
20.	Paula Cristina Andrade Galvão	24.5.2018
21.	Maristella Franzim Souza Camilo	26.5.2017
22.	Vanessa Yasmin Taira Agnelli	27.3.2017
23.	Jorge Charbel Berto Nasralla	8.7.2016
24.	Aline de Andrade Lara Moreira	7.1.2016
25.	Willian da Silva Costa	7.1.2016
26.	Estefany de Oliveira Pezzi	20.11.2015
27.	Luciana Rodrigues Mandu	5.11.2015
28.	Carolyne Silvestre Oliveira Mendes	5.11.2015
29.	Driele Evelin Santos Vargas Araujo	2.10.2015
30.	Raphaela Gonsales Gomes Gheno	17.4.2015
31.	Thaynara Garcia de Souza	13.10.2014
32.	Geovani Lopes Marques	6.10.2014
33.	Tsutomu Matsunaga	17.3.2014
34.	Julyanne Marcondes de Oliveira	8.1.2014
35.	Flavio Lopes	21.2.2013
36.	Milena Paula Rubio	6.6.2011
37.	Denise Pereira de Lima	4.5.2011
38.	Lucyan Lacchi	7.1.2011
39.	Emiliane Ferreira de Amorim	8.11.2010
40.	Ruth Cavalcanti Tamasato Coitinho	12.7.2010
41.	Camila Mara Machado	5.3.2010
42.	Isabela Castro Almeida	25.2.2010
43.	Mayara Vaz Cardeal Lima	5.2.2010
44.	Elisa Parra Katayama	14.1.2010
45.	Lailene Couto Penteado	24.4.2009
46.	Letícia da Silva Assunção	24.10.2008
47.	Patrick Arruda Santana	7.7.2008
48.	Silviane Leite Pires do Espírito Santo	7.12.2007
49.	Luana Nunes da Costa Pepino	11.12.2003
50.	Andrea Rocha Benetti	10.10.2003

II – nos termos do Despacho nº 1612/2023/PGA-ADM, de 1º.11.2023:

NÚMERO	ASSESSORES JURÍDICOS	DATA DA POSSE
1.	Frank Denner Pereira Oliveira	23.7.2021
2.	Fernanda dos Santos Fontes	8.9.2020
3.	Fernanda da Silveira Corrêa Brescianini	1º.11.2019



4.	Priscilla Nakaya Kinoshita	29.10.2019
5.	Diego Vaz Bruschi	5.8.2019
6.	Edna de Barros Manzoni	4.7.2018
7.	Andressa Klein Assumpção	1º.3.2018
8.	Flavio Ricardo de Souza	22.2.2018
9.	Diego Bueno Ferraz de Moura	16.10.2015
10.	Thallyta Iflan da Cunha Barbeta	4.7.2014
11.	Alessandro Alcides Bogo	21.3.2011
12.	Jeovane da Silva Gomes	25.3.2010
13.	Camila Mara Machado	5.3.2010
14.	Isabela Castro Almeida	25.2.2010
15.	Juliano Machado	25.2.2010

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

#### **PORTARIA Nº 6046/2023-PGJ, DE 9.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

##### **R E S O L V E :**

Designar a servidora Renata Patricia Souza Monteiro Mendes, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, nos dias 20 e 23.10.2023, em razão de afastamento da servidora Adriana Vargas dos Santos; e tornar sem efeito a Portaria nº 5938/2023-PGJ, de 1º.11.2023.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

#### **PORTARIA Nº 6076/2023-PGJ, DE 10.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

##### **R E S O L V E :**

Designar o servidor Carlos Alberto Reis Nogueira Júnior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Nova Andradina, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca a partir de 6.11.2023, pelo período de 1 (um) ano.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6077/2023-PGJ, DE 10.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Roberson Rosalin de Freitas, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Amambai, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca, a partir de 1º.11.2023; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3761/2023-PGJ, de 7.7.2023, na parte que designou a servidora Claudete Ferreira Rodrigues de Sá.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6078/2023-PGJ, DE 10.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Ana Emília Alves Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 11ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 19.1.2024, em razão de afastamento da servidora Handreza Oviedo Alves Martins, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6079/2023-PGJ, DE 10.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Érica Maylane Rigo Borges, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício nas Promotorias de Justiça de Camapuã, a prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, no período de 16.10.2023 a 15.10.2024, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º, 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2023.00010923-0).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1421/2023/PJ, DE 13.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Jeronima Alcantara de Mattos Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 15.2 a 15.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-1422/2023/PGJ, DE 13.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Lailene Couto Pentead, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.2.2024 e de 10 a 19.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 12 a 21.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-1423/2023/PGJ, DE 13.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Claudete Ferreira Rodrigues de Sa, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.1.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-1424/2023/PGJ, DE 13.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Cristiane Conceicao Rocha, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.6.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-1425/2023/PGJ, DE 13.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Divany Thomaz Duarte Junior, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 4 a 23.3.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1426/2023/PGJ, DE 13.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Auriely Ramirez Abadie, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024, de 2 a 11.5.2024 e de 9 a 18.9.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 81/2023/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna público o nome do Promotor de Justiça de entrância final, **Pedro de Oliveira Magalhães**, único inscrito para remoção pelo critério de antiguidade para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, entrância especial.

Campo Grande, 13 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 19ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, INICIADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2023.****2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002185-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: 15º Batalhão de Polícia Militar/CPE

Requerido: Israel Rodrigues

Assunto: Apurar eventual supressão de árvores de diversas espécies na Fazenda Bonança II, sem a autorização ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANAURILÂNDIA - MEIO AMBIENTE – CORTE RASO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE CONFRONTANTE A RECURSOS HÍDRICOS - SUPRESSÃO DE ÁRVORES NATIVAS ISOLADAS – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE



ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar a irregularidade jurídico-ambiental, diante da supressão de árvores de diversas espécies na Fazenda Bonança II, de propriedade de Israel Rodrigues. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008881-8 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000717-8

1ª Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade do termo aditivo ao Contrato nº 27/2019 da Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS, para o fim de acompanhar licitação a ser realizada pelo Município de Nova Andradina objetivando a contratação de empresa especializada no transporte escolar.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA (MS) – APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – IRREGULARIDADES EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – LICITAÇÃO - DILIGÊNCIAS – OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA - DOLO NÃO COMPROVADO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO *PARQUET* - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar eventual irregularidade do termo aditivo ao Contrato nº 27/2019 da Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS, no que concerne a possibilidade de prorrogação do contrato vigente, celebrado em 08/02/2019, com término previsto em 31/12/2019, firmado com a pessoa jurídica M.R.P. Basilio - EPP. Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, quaisquer irregularidades nos processos licitatórios objetos da presente à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, ou mesmo, qualquer outra conduta que pudesse ser classificada como ímproba nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma ação civil por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento e considerando as medidas adotadas pela Administração local para a melhoria da atividade, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001377-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Francisco Alves Bitu

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 1,56 hectares de área identificada como pertencente ao Bioma Mata Atlântica, no Sítio Bela Vista - Lote 10 - Assentamento São João, localizado em Batayporã/MS, constatado pelo Relatório de Informações Complementares nº 001/3ªGPM/2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BATAYPORÃ - MEIO AMBIENTE – DESMATAMENTO DE 1,56 HECTARES EM ÁREA CARACTERIZADA COMO BIOMA DA MATA ATLÂNTICA – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar a irregularidade jurídico-ambiental, do desmatamento de 1,56 hectares em área caracterizada como bioma da mata atlântica, no Sítio Bela Vista- Lote 10 Assentamento São João, de propriedade de Francisco Alves Bitu. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº



09.2023.00008953-9 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.**

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000293-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Batayporã

Requerido: Severino Pereira da Silva

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da existência de 35 hectares de área mecanizada com plantio de soja em estágio vegetativo, apresentando ravinas e deslocamento sedimentar proveniente de processo erosivo, resultantes da ausência de medidas conservacionistas de solo, no Sítio Santo Antônio, em Batayporã/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 048/2ºGPM/1ºPEL/5ªCIA/ BPMA/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BATAYPORÃ (MS) - MEIO AMBIENTE – APURAR REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL – 35 HECTARES DE ÁREA MECANIZADA COM PLANTIO DE SOJA EM ESTÁGIO VEGETATIVO – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - DESNECESSIDADE DE ELABORAÇÃO DE PRADE – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade jurídico-ambiental da existência de 35 hectares de área mecanizada com plantio de soja em estágio vegetativo, apresentando ravinas e deslocamento sedimentar proveniente de processo erosivo, resultantes da ausência de medidas conservacionistas de solo, no sítio Santo Antônio, em Batayporã/MS, conforme relatório de fiscalização ambiental Nº 048/29GPM/10PEL/5ªCIA/ BPMA/2022. Restou comprovado nos autos que inexistiu dano ambiental que imponha sua recomposição no imóvel rural investigado, uma vez que as irregularidades constadas na origem foram integralmente solucionadas no decorrer do Inquérito Civil, eis que o Relatório de Vistoria da Polícia Militar Ambiental, concluiu que o autuado tomou todas as providências quanto à notificação 19752 (p. 9), de forma que se aplica no caso dos autos, a fundamentação do Enunciado nº03 do CSMP. Assim, torna-se de rigor a homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.**

#### **2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000223-6**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: CAOMA

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar desmatamento ilegal de vegetação nativa na Estância San Michael e Faz. Casa de Campo São José, apontado pelo programa de detecção de desmatamento de vegetação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE DESMATAMENTO ILEGAL DE VEGETAÇÃO NATIVA DA "ESTÂNCIA SAN MICHAEL" E "FAZENDA DE CAMPO SÃO JOSÉ" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00008896-2 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO -HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 153/163, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008896-2 (fl. 172) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000864-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS

Requerido: Eber Cristiano Pereira dos Santos



Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 26,78 hectares em Área Consolidada, no bioma Mata Atlântica, na Fazenda Morumbi, em Amambai, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 72/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMAMBAI/MS - APURAÇÃO DA SUPRESSÃO DE 10,23 HECTARES DE VEGETAÇÃO DO BIOMA "MATA ATLÂNTICA", NA "FAZENDA SANTA TEREZINHA, PARTE 2", SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO Nº 69/22/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL) - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00007605-5 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta celebrado" às fls. 137/147, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007605-5 (fl. 151), para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e a fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001558-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária Rio da Prata Ltda. - Filial

Assunto: Apuração de irregularidades ambientais em algumas cachoeiras do Rio Mimoso, consistentes nas aberturas de inúmeros e variados canais nas tufas calcárias, visando ao aumento do fluxo de água oriundo de tal recurso hídrico.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONITO/MS - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS EM ALGUMAS CACHOEIRAS DO RIO MIMOSO, CONSISTENTES EM ABERTURAS DE INÚMEROS E VARIADOS CANAIS NAS TUFAS CALCÁRIAS, VISANDO O AUMENTO DO FLUXO DE ÁGUA DE TAL RECURSO HÍDRICO - FORMALIZAÇÃO DE TAC A PRINCÍPIO EM DESACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA COMPLEMENTAR DA INDICAÇÃO DA ENTIDADE A SER BENEFICIADA COM A MULTA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO - RETORNO DO FEITO - DILIGÊNCIA E REPARAÇÃO PROMOVIDA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Examinando-se especificamente o "Termo de Ajustamento de Conduta" bem como o "Termo Aditivo" do mesmo, conclui-se que as obrigações pactuadas atendem, suficientemente, ao enfrentamento das irregularidades, nos termos e prazos que especifica. Ademais, considerando-se que foi instaurado procedimento administrativo no SAJ/MP para acompanhamento e fiscalização de suas cláusulas (PA nº 09.2023.00008020-7, conforme certificado à fl. 376), impõe-se o seu arquivamento. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento – homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001203-4

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

Requerente: Departamento de Vigilância Sanitária do Município de Três Lagoas

Requerido: Município de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar e empreender medidas colaborativas para reverter as irregularidades constatadas na Unidade de Saúde da Família - Jardim Maristela, conforme Relatório de Inspeção nº 29/2021 do Departamento Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Três Lagoas/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS/MS - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES CONSTATADAS NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA "JARDIM MARISTELA" - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando-se os autos, verifica-se que não há razões para o prosseguimento do feito ou instauração de ação judicial cabível, porquanto o Município de Três Lagoas adotou as providências necessárias para dar andamento às obras da Unidade de Saúde da



Família - Jardim Maristela, que atualmente se encontra em funcionamento. Frise-se que a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o eventual surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001541-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Bocchi Armazéns Gerais Ltda.

Assunto: Apuração de irregularidade da localização de empresa cerealista situada no bairro Benedito Rondon, em Rio Brilhante/MS, bem como de dano ambiental decorrente de seu funcionamento.

**Advogado: Gustavo Guevara Malvestiti – OAB/PR nº 37.640X**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO BRILHANTE – APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE DA LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA CEREALISTA SITUADA NO BAIRRO BENEDITO RONDON, BEM COMO DE DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE SEU FUNCIONAMENTO - CELEBRAÇÃO DE "TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA" - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - TAC EM PRINCÍPIO EM DESACORDO COM A RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - RETORNO DO FEITO - DILIGÊNCIAS PROMOVIDAS - CELEBRADO ADITIVO AO "TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA" - RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Examinando-se especificamente o "Termo de Ajustamento de Conduta" bem como o "Termo Aditivo", conclui-se que as obrigações pactuadas atendem, suficientemente, ao enfrentamento das irregularidades, nos termos e prazos que especifica. Ademais, considerando-se que foi instaurado procedimento administrativo no SAJ/MP para acompanhamento e fiscalização de suas cláusulas (PA nº 09.2023.00004436-3, conforme certificado à fl. 366), impõe-se o seu arquivamento. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento – homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002866-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: CESP - Companhia Energética de São Paulo, Roberto Hashioka Soler

Assunto: Apurar notícia de dano ambiental pelo assoreamento na propriedade rural denominada Estância Recreio, de propriedade de Roberto Hashioka Soler, em decorrência da inexistência de barragem de contenção nas margens da propriedade com o Lago da UHE Sérgio Motta (Rio Paraná).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR NOTÍCIA DE DANO AMBIENTAL PELO ASSOREAMENTO NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA ESTÂNCIA RECREIO, DE PROPRIEDADE DE ROBERTO HASHIOKA SOLER, EM DECORRÊNCIA DA INEXISTÊNCIA DE BARRAGEM DE CONTENÇÃO NAS MARGENS DA PROPRIEDADE COM O LAGO DA UHE SÉRGIO MOTTA (RIO PARANÁ) - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foram firmados Termos de Ajustamento de Conduta com os requeridos, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou os Procedimentos Administrativos de n.º 09.2023.00007590-1 e 09.2023.00007595-6, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas dos TACs firmados, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001386-9**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Jatena Agropastorial e Participações Ltda.

Assunto: Apurar possível dano ambiental ocorrido no imóvel rural denominado Fazenda Maracujá-Gleba A, localizada nesta capital, consistente na supressão de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental, objeto do Parecer nº 01/22/Nugeo e Auto de Infração 009477/2022 - IMASUL.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEL SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA DE 2,78HA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, NO IMÓVEL RURAL DENOMINADO CHÁCARA LINS, EM CAMPO GRANDE/MS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foram firmados Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de n.º 09.2023.00007710-0, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000905-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Fundação Neotrópica do Brasil - Bonito/MS

Requerido: Enoir Canepa Penajo

Assunto: Apurar desmatamento de 3,655 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Vista Alegre, em Bonito, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 002/2020 NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DESMATAMENTO DE 3,655 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA, NA FAZENDA VISTA ALEGRE, EM BONITO, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER Nº 002/2020/NUGEO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de n.º 09.2023.00006030-8, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000212-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lucas Mathias

Assunto: Adotar providências trazidas pelo auto de infração nº 5699, lavrado em face de Lucas Mathias, onde consta irregularidades no armazenamento de agrotóxicos na fazenda Morada do Sol.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A IRREGULARIDADE NO ARMAZENAMENTO DE AGROTÓXICO NA FAZENDA MORADA DO SOL, CONFORME INFORMAÇÕES TRAZIDAS PELO AUTO DE INFRAÇÃO N. 5699 - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifico que por meio do relatório de fls. 137-144 confeccionado pela Polícia Militar Ambiental, restou devidamente apurada a regularização da irregularidade apurada no preâmbulo das apurações. 2. Desta forma,



verificada a perda superveniente do objeto sob investigação, o eminente representante deste Parquet incumbido agiu com o costumeiro acerto ao promover o arquivamento do procedimento em análise, em razão da desnecessidade de propositura de qualquer medida judicial neste sentido, ou ainda da continuação das investigações. 3. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000123-0

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estabelecimento Comercial "Plantão das Bebidas"

Assunto: Averiguar a possível ocorrência de dano ambiental, consistente em poluição sonora ocorrida no estabelecimento comercial denominado "Plantão das Bebidas", de propriedade de Rafael Júnior Galbetti, localizado na Avenida Stefan Dudas, 452, Bairro Industrial, neste Município de Angélica, assim como na ocupação indevida das calçadas e locais destinados à circulação da população.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL CONSISTENTE EM POLUIÇÃO SONORA OCORRIDA NO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO "PLANTÃO DAS BEBIDAS", DE PROPRIEDADE DE RAFAEL JÚNIOR GALBETTI, LOCALIZADO NA AVENIDA STEFAN DUDAS, N. 452, BAIRRO INDUSTRIAL, EM ANGELICA/MS, ASSIM COMO A OCUPAÇÃO INDEVIDA DAS CALÇADAS E LOCAIS DESTINADOS A CIRCULAÇÃO DA POPULAÇÃO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de n.º 09.2023.00007843-1, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2023.00000805-6

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no processo licitatório destinado ao cascalhamento no Assentamento Capão Bonito II, objeto da Concorrência n. 02/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PROCESSO LICITATÓRIO DESTINADO AO CASCALHAMENTO NO ASSENTAMENTO CAPÃO BONITO II, OBJETO DA CONCORRÊNCIA N. 02/2022 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se os fatos narrados e apurados no procedimento em tela são de igual forma, apreciados no âmbito do inquérito civil n. 06.2022.00001594-2. Assim, agiu com o costumeiro acerto a ilustre Promotora de Justiça ao promover o arquivamento do presente procedimento, com o intuito de evitar a ocorrência de litispendência, em vista da duplicidade de procedimentos tratando acerca do mesmo assunto. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto. A Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui se deu por impedida de votar em razão da Drª Janeli Basso ter atuado no feito como Promotora de Justiça em Substituição legal, por força das disposições contidas no art. 144, III, c.c. art. 148, I, ambos do Código de Processo Civil.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000316-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Airto Machado Barbosa

Assunto: Apurar o desmatamento de 16,09 hectares de vegetação nativa no interior da Fazenda Coqueiro, localizada no



município de Bonito/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR O DESMATAMENTO DE 16,09 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NO INTERIOR DA FAZENDA COQUEIRO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE BONITO/MS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA EM OUTRO INQUÉRITO CIVIL - CONSTATAÇÃO QUE OUTRO INQUÉRITO CIVIL ABRANGE EM SUA INTEGRALIDADE AS IRREGULARIDADES APURADAS NO PROCEDIMENTO EM TELA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Em detida análise dos autos, verifica-se que o IC 06.2019.00000530-3 já enfrentou as irregularidades ambientais que ensejaram a instauração do presente procedimento, e que, fora firmado Termo de Ajustamento de Conduta nos autos supramencionados, inexistindo outras medidas a serem adotadas no procedimento em tela. 2. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

#### **2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

##### **1. Inquérito Civil n.º 06.2017.00001973-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no acúmulo de cargos por servidor público do Município de Fátima do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE FÁTIMA DO SUL – APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NO ACÚMULO DE CARGOS PÚBLICOS - NÃO COMPROVAÇÃO - FUNÇÃO PÚBLICA DESEMPENHADA EM MOMENTOS DIVERSOS EXERCÍCIO DE ADVOCACIA PRIVADA PELO PROCURADOR JURÍDICO - OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E MORALIDADE QUE NÃO SE ENQUADRAM COMO ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ROL TAXATIVO DO ARTIGO 11 DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PRAZO PRESCRICIONAL ATINGIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, uma vez que o servidor requerido exerceu o cargo público nos Municípios de Fátima do Sul e Vicentina em momentos distintos. De igual modo, ainda que vedado pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, o exercício da advocacia privada enquanto detentor da função de Procurador Jurídico do Município, não se enquadra no rol de atos de improbidade administrativa, ante a inexistência de comprovação da presença do dolo específico de causar dano ao erário ou enriquecimento ilícito e pela revogação do inciso I do artigo 11 da Lei nº 8.429. Por fim, considerando que as ações remontam o ano de 2015, conforme Tema 1199 do STF, eventual ajuizamento de ação civil pública estaria abarcada pelo fenômeno da prescrição. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000086-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de MS

Requeridos: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – SANESUL e Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar e sanar o vazamento reiterado de dejetos da estação de bombeamento e tratamento de esgoto do Município de Chapadão do Sul, bem como assegurar a vigilância da qualidade da água para consumo humano, verificando sua adequação aos parâmetros legais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL – MEIO AMBIENTE – APURAR E SANAR O VAZAMENTO REITERADO DE DEJETOS DA ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO E TRATAMENTO DE ESGOTO DO MUNICÍPIO – ASSEGURAR A QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – RELATÓRIO TÉCNICO DE ENGENHARIA QUE ATESTA A SUFICIÊNCIA DAS MELHORIAS IMPLEMENTADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foi constatada a suficiência das melhorias implementadas para correção dos vazamentos reiterados na estação de esgoto do município, bem como identificação da boa qualidade da água para consumo humano. Após vistoria e relatório técnico por profissional de engenharia, concluiu-se que o objeto da investigação se esvaziou. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001614-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Dácio Queiroz Silva

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Fazenda Fronteira, bem como investigar possível desmatamento de vegetação nativa sem a devida autorização ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PONTA PORÃ – MUNICÍPIO DE ANTÔNIO JOÃO – MEIO AMBIENTE – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAZENDA FRONTEIRA – POSSÍVEL DESMATAMENTO EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – INTERESSE E APTIDÃO DA UNIÃO DEMONSTRADOS – PROPRIEDADE LOCALIZADA INTEGRALMENTE DENTRO DE ÁREA DECLARADA INDÍGENA – POSSÍVEIS DANOS AMBIENTAIS DENTRO DE ÁREA DE PROTEÇÃO FEDERAL – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. O declínio de atribuição merece ser homologado, porquanto restou demonstrado o interesse e a aptidão do Ministério Público Federal para presidir a investigação, ao passo que os possíveis danos ambientais decorrentes do desmatamento de 127,19 hectares de vegetação nativa, sem a devida autorização ambiental, ocorreram dentro de área declarada como indígena, conforme informação prestada pela FUNAI. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 16, de 6 de outubro de 2017, do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000053-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar eventual irregularidade no efetivo desempenho das funções e cumprimento da carga horária pelos servidores municipais de Miranda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO EFETIVO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES E CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA PELOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MIRANDA – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL EXPEDIDA E ATENDIDA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA INSTALAÇÃO DE PONTO ELETRÔNICO – INEXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto o órgão de execução expediu recomendação ministerial, a qual foi atendida pela autoridade municipal, mediante a abertura de procedimento licitatório para instalação de ponto eletrônico para controle de frequência dos servidores. Não constatado ato ímprobo ou efetivo dano ao erário, ocorreu a perda do objeto da investigação. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000701-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Dolores Ljiljana Bata Arambasic e Ljubodrag Arambasic

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental nas áreas declaradas como Mata Atlântica, que se encontravam com ausência de vegetação pelo menos desde 1985, sendo necessário a apresentação de Prada e cercamento da APP identificadas em 12,80 hectares, 11,26 hectares com ausência de vegetação nativa em área de RL, faltando 4,76 hectares para alcançar a marca de 20 %, foram localizadas edificações construídas na Área de Preservação Permanente, na Fazenda Recanto no município de Taquarussu.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BATAYPORÃ – MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU – MEIO AMBIENTE – APURAR A AUSÊNCIA DE 12,8 HA DE VEGETAÇÃO NATIVA, CONSTRUÇÃO EM APP E DÉFICIT DE 4,76 HÁ DE RESERVA LEGAL NA FAZENDA RECANTO – IRREGULARIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento



Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000828-5

76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Averiguar possíveis irregularidades na regulação de pacientes vaga zero à Santa Casa de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – SAÚDE PÚBLICA – AVERIGUAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA REGULAÇÃO DE PACIENTES VAGA ZERO À SANTA CASA DE CAMPO GRANDE – ESCLARECIMENTOS PRESTADOS – NORMAS DE REGULAÇÃO EM CONFORMIDADE COM AS LEIS DE REGÊNCIA – HOSPITAL DE REFERÊNCIA – CRITÉRIO DE INTERNAÇÃO E NECESSIDADE DE ATENDIMENTO EM MAIOR COMPLEXIDADE DEMONSTRADOS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA MANUTENÇÃO DA INVESTIGAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foram prestados os esclarecimentos necessários, retirando a justa causa para manutenção do inquérito civil. As investigações foram suficientes para identificar a inexistência de irregularidade na regulação de pacientes “vaga zero” à Santa Casa de Campo Grande. O nosocômio enquadra-se como hospital de referência e os pacientes possuíam critérios de internação e necessidade de atendimento em maior complexidade. Perda do objeto. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001098-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Maria Lucia da Silva

Assunto: Apurar a ocorrência de ilícito ambiental, consistente na criação de animais silvestres da fauna brasileira em desacordo com a legislação ambiental vigente, por parte de Maria Lúcia da Silva.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BATAYPORÃ – MEIO AMBIENTE – APURAR A OCORRÊNCIA DE ILÍCITO AMBIENTAL CONSISTENTE NA CRIAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES EM DOMICÍLIO – APREENSÃO DE TRÊS PAPAGAIOS VERDADEIROS E UM TUCANO – MULTA APLICADA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL – AVES ADAPTADAS A AMBIENTE DOMÉSTICO POR QUINZE ANOS – ANIMAIS BEM CUIDADOS, SEM MAUS-TRATOS OU COMERCIALIZAÇÃO – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foi constatada a inexistência de fundamentos para a propositura de ação civil pública. As aves silvestres foram apreendidas e aplicada multa pela posse irregular. Os animais apresentavam-se bem adaptados ao domicílio, por período superior a 15 (quinze) anos, com readaptação à natureza de difícil efetivação, sem evidências de maus tratos, tampouco comercialização. Perda do objeto da investigação. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001584-2

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: 2º Registro de Imóveis da Comarca de Campo Grande

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual parcelamento ilegal de solo ocorrido no imóvel de matrícula 129.579 do 2º Cartório de Registro de Imóveis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE CONSISTENTE EM PARCELAMENTO ILEGAL DO SOLO OCORRIDO NO IMÓVEL DE MATRÍCULA 129.579 DO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA – INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 17 DO CSMP – NÃO CONHECIMENTO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DEVOLUÇÃO À PROMOTORIA DE ORIGEM. Conforme disciplina o Enunciado nº 17 do



CSMP, “não se conhece da promoção de arquivamento quando o procedimento preparatório ou o inquérito civil instruir a ação judicial proposta pelo órgão de execução”. No caso, o procedimento administrativo deu origem a ação civil pública para desconstituir o parcelamento ilegal do solo e a ocupação irregular das terras, razão pela qual os autos deverão permanecer preservados na Promotoria de Justiça de Origem, pelo prazo estipulado no §3º, do artigo 11, da Lei nº 11.419/2006. Promoção de arquivamento não conhecida.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não conheceu da promoção de arquivamento com a consequente devolução do procedimento à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000375-3**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais ocorridos no imóvel situado na quadra 22, lote 0AREA, inscrição imobiliária 09000120011.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS OCORRIDOS NO IMÓVEL SITUADO NA QUADRA 22, LOTE 0AREA, INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA 09000120011 – DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA MANUTENÇÃO DO INQUÉRITO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto, identificado o domínio público municipal referente ao imóvel da quadra 22, lote 0AREA, inscrição imobiliária 09000120011, o Município de Campo Grande ajuizou a ação de reintegração de posse n. 0823955-14.2023.8.12.0001, distribuída perante a 1ª Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos, com o intuito de reaver a posse da área investigada. Destarte, inexistente fundamento para manutenção do presente inquérito civil. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### **2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000013-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Adolpho Mellão Cecchi

Assunto: Apurar irregularidade no "gradeamento" na Fazenda São Francisco sem a apresentação de projeto técnico e, ainda, supressão de vegetação nativa (capim Navalha) na área de banhado, em Bonito/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADE NO "GRADEAMENTO" REALIZADO NA FAZENDA SÃO FRANCISCO SEM A APRESENTAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO E A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA NA ÁREA DE BANHADO, EM BONITO/MS – ESGOTAMENTO DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Observa-se que o objeto do Feito esgotou-se, não havendo justa causa para o prosseguimento da investigação; 2. Verifica-se que, conforme informações trazidas pela SEMAGRO (fls. 481/482), a área gradeada encontra-se em pousio, não havendo qualquer uso de seu perímetro, o que torna desnecessária a elaboração de projeto de manejo e conservação de solo. Também apurou-se não haver indícios de supressão da vegetação de banhado no imóvel rural, não havendo, portanto, outras diligências a serem cumpridas; 3. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000605-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Alceu Luiz Vincensi

Assunto: Apurar irregularidades ambientais na propriedade rural denominada Fazenda Chaparral, em Nova Alvorada do



Sul/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADES AMBIENTAIS NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA FAZENDA CHAPARRAL, EM NOVA ALVORADA DO SUL/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 148/163; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00008206-8 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001273-0

76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Procuradoria-Geral de Justiça

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar o saneamento das irregularidades apontadas no ofício nº 163/2021, oriundo da Câmara Municipal de Campo Grande/MS, na Policlínica Odontológica Dr. Hélio Yashiacki Ikeziri - Universitário.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR O SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES APONTADAS NO OFÍCIO N. 163/2021, ORIUNDO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, NA POLICLÍNICA ODONTOLÓGICA DR. HÉLIO YASHIACKI IKEZIRI – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As inconformidades objeto da portaria do inquérito civil foram solucionadas a contento, sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou judicialização da demanda; 2. Compulsando os autos, verifica-se que foram adotadas as providências necessárias à regularização dos serviços na Policlínica Odontológica Dr. Hélio Yashiacki Ikeziri, sendo que as pendências subsidiárias que já estão sendo objeto de providências pela gestão municipal, não impedem a prestação efetiva do serviço de saúde; 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que a municipalidade adotou as medidas cabíveis à resolução da problemática inicialmente existente; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001074-7

76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Prof. André Luis Soares da Fonseca - Vereador - REDE

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar as medidas adotadas pela SESAU para corrigir as irregularidades apontadas no Relatório de Fiscalização realizado pela Câmara Municipal, no Hospital Dia, em Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR AS MEDIDAS ADOTADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE PARA CORRIGIR AS IRREGULARIDADES APONTADAS NO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO REALIZADO PELA CÂMARA MUNICIPAL, NO HOSPITAL DO DIA, CAMPO GRANDE/MS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas a contento, sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou ajuizamento da demanda; 2. Compulsando os autos, verifica-se que por intermédio da atuação da Promotoria de Justiça de origem, foram adotadas todas providências necessárias pelo poder público, visando a melhoria na infraestrutura e regularização dos serviços prestados no Centro Especializado em Doenças Infetoparasitárias – CEDIP; 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que a municipalidade adotou as medidas cabíveis à resolução da problemática inicialmente existente; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo



Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

### 2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

#### 1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001416-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Carpa Agropecuária Rio Pardo S/A

Assunto: Apurar desmatamento de 1,00 hectare em área de vegetação nativa do bioma savana arborizada em área de reserva legal, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida II, em Paranaíba-MS, sem autorização ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 6018 e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 22/3º GPMA/1º PEL/6ª CIA/BPMA/2021. EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DESMATAMENTO DE 1,00 HECTARE EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA DO BIOMA SAVANA ARBORIZADA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL, NA FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA II, EM PARANAÍBAMS, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO Nº 6018 E RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 22/3ºGPMA/1ºPEL/6ªCIA/BPMA/2021. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007915-2 (fl. 289) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### 2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000437-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mateus Araldi Salvatico

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental no lote 35 do Projeto de Assentamento Sílvia Rodrigues, zona rural do Município de Rio Brilhante/MS.

**Advogado: Sidney Foroni – OAB/MS 4.714.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL NO LOTE 35 DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍLVIO RODRIGUES, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE RIO BRILHANTE/MS. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente Procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009358-7 (fl. 96) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### 3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001035-8

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível violação aos direitos dos pacientes atendidos pela Associação de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis APSF, bem como a ausência de profissionais capacitados para atendimento à população de rua.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEL VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ASSOCIAÇÃO DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA SÃO FRANCISCO DE ASSIS APSF, BEM COMO A AUSÊNCIA DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE RUA. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades inicialmente constatadas na Associação de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis foram devidamente sanadas. 2. Assim, verifica-se que o problema objeto do procedimento restou sanado, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000477-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente do processo administrativo nº 27/008668/2021 (Funsau), que contratou, com dispensa de licitação, a empresa HEALTH BRASIL Inteligência em Saúde Ltda. pelo valor de R\$ 5.939.988,00, pelo prazo de 06 (seis) meses, com os mesmos vícios do anterior Contrato nº 69/2015-SES.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/008668/2021 (FUNSAU), QUE CONTRATOU, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, A EMPRESA HEALTH BRASIL INTELIGÊNCIA EM SAÚDE LTDA. PELO VALOR DE R\$ 5.939.988,00, PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, COM OS MESMOS VÍCIOS DO ANTERIOR CONTRATO Nº 69/2015-SES. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto investigado, porquanto não houve a efetivação do Contrato nº 045/FUNSAU/2022, tendo ocorrido o cancelamento dos empenhos emitidos e a anulação de seu saldo contratual e execução orçamentária e financeira. 2. Logo, o suposto ato de improbidade administrativa pela dispensa de licitação oriunda do Processo Administrativo nº 27/008.668/2021 não se consumou, razão pela qual inexistem motivos suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação judicial. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000170-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rosilene de Oliveira Ferreira

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,45 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, no Assentamento Patagônia Lote 43, em Terenos/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 62/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR O DESMATAMENTO DE 1,45 HECTARES EM ÁREA DECLARADA COMO REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA, NO ASSENTAMENTO PATAGÔNIA LOTE 43, EM TERENOS/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO N. 62/23/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 16/CSMP. DECLÍNIO DA ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. 1. Após análise dos autos, verifica-se que o Lote nº 43, do Assentamento Patagônia, sobre o qual recai a apuração dos presentes autos, constitui imóvel de domínio público da União, vinculado à assentamento do INCRA (autarquia federal), portanto, nos termos do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, é matéria cuja competência para julgar é da Justiça Federal. 2. Assim, vota-se para que seja homologado o presente declínio da atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do artigo 9º-A, da Resolução nº 23/2007 do CNMP, e do Enunciado n.º 16/CSMP. Para tanto, determino a baixa dos autos à Secretaria



do Conselho Superior do Ministério Público, remetendo-se o feito à Promotoria de Justiça de origem para que esta remeta os autos ao Ministério Público Federal, para adoção das providências que julgar necessárias. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DA ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem para que esta remeta os autos ao Ministério Público Federal, para adoção das providências que julgar necessárias, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

Campo Grande, 13 de novembro de 2023

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

#### AVISO Nº 069/2023/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

**1) Inquérito Civil nº 06.2016.00001527-7** - 11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados - Requerente: José da Conceição Santana - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Dourados - Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade habitacional consistente no abandono de algumas residências do Conjunto Habitacional Sebastião Pereira dos Santos, localizado no Distrito de Vila São Pedro, em Dourados MS. **2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001441-0** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Apurar possível parcelamento do solo desprovido de aprovação e registro no órgão competente (objeto originário do Inquérito Civil 121/2011/PJDHU). **3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001888-2** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Espólio de João Verdier - Francisco Gonçalves Silveira - Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental do imóvel denominado Fazenda Água Branca, localizado no município de Laguna Carapã, MS Projeto Rio Amambai. **4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003524-8** - 76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Conselho Estadual de Saúde e Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar inconformidades apontadas no Relatório de Auditoria Ordinária nº 234 (versão final). **5) Inquérito Civil nº 06.2019.00000967-6** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: João Lopes da Silva - Requeridos: Ercio José Posselt e Osmar Rodrigues Caires - Assunto: Apurar a regularidade ambiental da Suinocultura - Unidade de Crechário de Leitões Nossa Senhora de Fátima, localizada na Travessa Lagoa Km 17 Margem Direita, Guassu, Zona Rural de Dourados/MS, de propriedade de Ercio José Posselt. **Advogada: Camila Gabrieli Rodrigues Caires - OAB/MS nº 25.621.** **6) Inquérito Civil nº 06.2019.00001103-8 – SIGILOSO** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Aquidauana. **7) Inquérito Civil nº 06.2021.00000885-9** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Condomínio Imperial - Assunto: Apurar possível perfuração de poço no Condomínio Imperial, localizado na Rua Floriano Peixoto 820, Jardim América, Dourados/MS, em contrariedade à Resolução SEMADE n. 21, de 27 de novembro de 2015, a qual veda captação de água subterrânea para consumo humano em unidades residenciais abastecidas por rede pública. **8) Inquérito Civil nº 06.2021.00001125-3** - 32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Vereador André Luiz Souza da Fonseca da Câmara Municipal de Campo Grande - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS - Assunto: Averiguar situação relatada no Relatório da Fiscalização realizada pela Câmara Municipal de Campo Grande, em 07/04/2021, na Unidade Básica de Saúde Universitário Dr. Germano Barros de Souza, que aponta irregularidades estruturais para adequado atendimento, tais como salas sem ventiladores, falta de manutenção de telhado e infiltração no teto, internet lenta, bancos sem encosto na sala de espera, entre outros. **9) Inquérito Civil nº 06.2022.00000296-9 – SIGILOSO** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó. **10) Inquérito Civil nº 06.2022.00000632-1** - 32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Prof. André Luis Soares da Fonseca - Vereador - REDE - Requerida: Secretaria de Saúde Municipal - Assunto: Apurar se a Unidade de Saúde da Família (USF Aero Itália) Dr. Herbert Rabelo



Calado, localizada no Bairro Jardim Itália, em Campo Grande, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população. **11) Inquérito Civil nº 06.2022.00000716-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Carlos Eduardo de Assis Toyota e Eder Luiz de Assis Toyota - Assunto: Apurar desmatamento de 4,69 hectares de vegetação nativa, 0,13 hectares em Reserva Legal, na Fazenda Boa Esperança, de propriedade de Eder Luiz e Carlos Eduardo, em Miranda/MS. **12) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000090-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Valdecy Pereira da Costa - Assunto: Apurar eventuais nomeações de servidores públicos municipais para cargos em comissão denominado Chefe de Setor DGA-07, acima do quantitativo previsto na Lei Complementar nº 206/2018, de 05 de abril de 2018 e Lei Complementar nº 222/2019, de 24 de abril de 2019. **13) Inquérito Civil nº 06.2023.00000221-8** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Ivinhema - Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura Municipal de Ivinhema no desempenho de seu poder de polícia junto à fiscalização dos terrenos baldios no município. **14) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000403-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual da Comarca de Paranaíba-MS - Requerido: Município de Paranaíba - Assunto: Apurar eventual omissão do Poder Público Municipal no tocante ao reordenamento e superlotação na Casa de Acolhimento - Abrigo Pamela Silva.

Campo Grande, 13 de novembro de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/PGJ/2022

Processo nº 09.2022.00007345-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.**, representada por **João Carlos Orestes**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade de licitação.

Amparo legal: Artigo 57, inciso IV, e artigo 65, § 8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência do Contrato nº 140/PGJ/2022, por mais 12 (doze) meses, e reajuste do valor contratual pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA/IBGE.

Valor contratual mensal: R\$ 60.442,71 (sessenta mil quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos).

Vigência: 07.12.2023 até 07.12.2024.

Data de assinatura: 9 de novembro de 2023.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/PGJ/2020**

Processo nº PGJ/10/1069/2020 - PGA nº 09.2023.00004467-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**, representada por **João Marcio Oliveira Ferreira**.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Valor estimado mensal: R\$ 119.009,67 (cento e dezenove mil nove reais e sessenta e sete centavos).

Vigência: 02.12.2023 até 02.12.2024.

Data de assinatura: 13 de novembro de 2023.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE000348 DE 05.10.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00010368-0**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Home Nutri Comercio de Alimentos e Nutrição LTDA.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 51/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Objeto: Fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 22.945,00 (vinte e dois mil novecentos e quarenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000348, de 05.10.2023

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE MPMS E FIPE**

Processo: PGA nº 09.2023.00002885-2 e PGJ/10/3976/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE**, representada por **Carlos Antonio Luque e Maria Helena Garcia Pallares Zochun**.

Amparo legal: Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica por mais 1 (um) ano, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 13.11.2023 a 13.11.2024.

Data da assinatura: 13 de novembro de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0001/2023****Editais de Ciência de Eliminação de Documentos**

A 64ª Promotoria de Justiça de Campo Grande faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0001/2023, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Campo Grande, 13 de novembro de 2023

**CRISTIANE AMARAL CAVALCANTE**

Promotora de Justiça

**Lista de Eliminação de Documentos nº 0001/2023**

PROVENIÊNCIA – 64ª Promotoria de Justiça de Campo Grande		PROCEDÊNCIA – 64ª Promotoria de Justiça de Campo Grande		
Órgão / Setor: 64ª Promotoria de Justiça de Campo Grande		Órgão / Setor: 64ª Promotoria de Justiça de Campo Grande		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL				
Classe 200 - Ofícios Recebidos e Expedidos nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018; - Notícia de Fato nº 01.2016.00005839-9; - Notícia de Fato nº 01.2016.00001688-7; - Notícia de Fato nº 01.2016.00001410-1; - Notícia de Fato nº 01.2016.00002298-9; - Notícia de Fato nº 01.2016.00002300-0; - Notícia de Fato nº 01.2016.00001432-3; - Notícia de Fato nº 01.2016.00002766-2; - Notícia de Fato nº 01.2019.00007737-5		Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ	2015	2018
Campo Grande, 13 de novembro de 2023				
Responsável pelo preenchimento Elizângela Cristina Paes da Silva Técnico I				



---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**BONITO**

---

**EDITAL N. 0077/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00011115-8

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Otilia Boeira

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2019.00000058-5, entre Otilia Boeira e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na fazenda Ceita Corê 03.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0078/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00011113-6

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Luiz Felipe Terrazas Mendes, Sirlei Coimbra Crubert Mendes

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo dos Autos 0800165-61.2016.8.12.0028, entre Luiz Felipe Terrazas Mendes, Sirlei Coimbra Grubert Mendes e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na fazenda Rancho Meus Velhos.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0079/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00010983-0

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Josué Custódio da Silva

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2022.00001128-0, entre Josué Custódio da Silva e o MPMS, relativo ao abatimento de animais silvestres da espécie conhecida como "cateto".

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0080/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00010975-2

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Irineu José Busatto

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2022.00001042-5, entre Irineu José Busatto e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na fazenda Santa Luzia.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0081/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00010765-4

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Dolor Conceição Santos Boeira

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2021.00000936-9, entre Dolor Conceição Santos Boeira e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na fazenda Cruzado.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0082/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00010764-3

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Antônio José da Silva, Romilda Ribeiro da Silva, Kati Anny Aparecida da Silva Pedrollo, Rogério de Assis Pedrollo

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2021.00000899-2, entre Antônio José da Silva, Romilda Ribeiro da Silva, Kati Anny Aparecida da Silva Pedrollo, Rogério de Assis Pedrollo e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na fazenda Vale Azul.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0083/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00010302-5

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Cleber Sadalla Araujo

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo dos Autos n. 0900119-362023.8.12.0028, entre Cleber Sadalla Araujo e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na fazenda Céu Azul.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0084/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00010265-9

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Paulo Roberto Aivi Casanova

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2021.00000892-6, entre Paulo Roberto Aivi Casanova e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na Chácara Nossa Senhora Aparecida.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0085/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00010201-5

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Marcelo Cantizani Azambuja

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2022.00000546-6, entre Marcelo Cantizani Azambuja e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos nas fazendas Coxilha e Figueirinha.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0087/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00009293-3

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Guilherme Miguel Poli, Cristian dos Reis

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2019.00001536-7 entre Guilherme Miguel Poli e Cristian dos Reis e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na fazenda Princesinha.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0088/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00009665-1

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Marco Antonio Rondon de Oliveira Filho

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2018.00003633-6, entre Marco Antônio Rondon de Oliveira Filho e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na fazenda Rio Formoso.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0089/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00009287-7

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Mauro Nunes Assunção

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2022.00000067-1, entre Mauro Nunes de Assunção e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na fazenda Monte Cristo.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0090/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00008806-2

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Alair Ribeiro Fernandes

Assunto: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o MPMS e Alair Ribeiro Fernandes, referente a irregularidades ambientais ocorridas na Fazenda Santa Rita (antiga Fazenda Curvelo - CARMS 00013835) e apuradas por meio do Inquérito Civil n. 06.2021.00000520-7.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0091/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00008804-0

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Rafael Luiz Braga

Assunto: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o MPMS e Rafael Luiz Braga, referente a irregularidades ambientais ocorridas na Fazenda Rio Formoso (CARMS0036779) e apuradas por meio do Inquérito Civil n. 06.2022.00000685-4.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**CAMAPUÃ****EDITAL N. 10/2023/1ºPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2023.00001220-5, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728 e no Portal do Ministério Público, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2023.00001220-5.

Requerente: Anônimo

Requerido: Município de Camapuã-MS

Nível de sigilo: Público

Assunto: *Apurar eventual irregularidade no pagamento de gratificação realizado pelo Município de Camapuã a servidor comissionado.*

Camapuã - MS, 13 de novembro de 2023.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça em Subst. Legal

**EDITAL N. 11/2023/1ªPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2023.00000922-2, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728 e no Portal do Ministério Público, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2023.00000922-2.

Requerente: Orlando Fruguli Moreira

Requerido: Município de Camapuã-MS e Câmara Municipal de Camapuã-MS

Nível de sigilo: Público

Assunto: *Apurar eventual irregularidade na contratação da empresa Daniel Oliveira Ferro-ME pela Prefeitura Municipal e pela Câmara de Vereadores de Camapuã.*

Camapuã - MS, 13 de novembro de 2023.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça em Subst. Legal

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL Nº 0056/2023/PJ/DPS.****Inquérito Civil Nº 06.2023.00001189-4.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2023.00001189-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Agência Municipal de Meio Ambiente de Deodápolis/MS.

Interessado: Ivair Fagnani.

Objeto: Apurar a ocorrência de dano ambiental, consistente no corte de árvores nativas em Área de Preservação Permanente – APP, do Lote Rural nº 73, da Quadra 76, da 12ª Linha, Nascente, em Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 30 de outubro de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,

Promotor de Justiça.

**DOIS IRMÃOS DO BURITI**

---

**EDITAL 0010/2023/PJ/DIB**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2023.00001164-0

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001164-0, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental na supressão de 53,1135 ha em área remanescente de vegetação nativa e área de vegetação contínuas, 1,7850 ha em Reserva Legal e 302,2218 ha em CANI, sem autorização da autoridade ambiental competente, na propriedade rural denominada Fazenda Santa Martha, localizada no município de Dois Irmãos do Buriti - MS, conforme Processo NUP. n. 83/031559/2023 – IMASUL.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 23 de outubro de 2023.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça em substituição legal

**EDITAL 0011/2023/PJ/DIB**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2023.00001087-3

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001087-3, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental na supressão de uma fração de vegetação nativa em área de preservação permanente, localizada às margens do rio Aquidauana, para construção de dois tanques para piscicultura, sem autorização da autoridade ambiental competente, na propriedade rural denominada Chácara Caçote, localizada no distrito de Palmeiras/MS, município de Dois Irmãos do Buriti/MS, conforme Auto de Infração n. 013388/2023, Laudo de Constatação n. 016996/2023 e Relatório de Fiscalização n. 26 – 2ºPEL/1ªCIA BPMA/2023.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 23 de outubro de 2023.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça em substituição legal

**IGUATEMI**

---

**EDITAL Nº 0020/2023/PJ/IGU**

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Inquérito Civil 06.2023.00001227-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eduardo Azevedo de Barros, Antonio Carlos Azevedo de Barros, Rodrigo Azevedo de Barros, Cláudio Roberto Vieiro

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,75 hectares em área declarada como Reserva Legal, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Tolardo III, em Iguatemi/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 383/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Iguatemi, 06 de novembro de 2023

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça